

# A grande articulação política de Celso Furtado para a criação da Sudene retratada pelo *Correio da Manhã*\*

## *Celso Furtado's great political articulation for the creation of Sudene portrayed by Correio da Manhã*

Vanessa Follmann Jurgenfeld\*\*

**Resumo:** O projeto de Celso Furtado para a transformação do Nordeste iniciou-se, na prática, em 1959, ano que envolveu um grande esforço político para que, como coordenador da Opepo e do Codeno, sua interpretação sobre o Nordeste e o seu plano de desenvolvimento, que resultaria na criação da Sudene fossem aceitos pela maioria da sociedade brasileira. O jornal *Correio da Manhã* apoiou explicitamente o projeto por meio de editoriais e fez várias reportagens sobre os assuntos trazidos ao debate público por Furtado. Suas páginas são capazes de revelar a grande articulação política de Furtado e sua influência na discussão do país em torno das características históricas e estruturais que conformavam o subdesenvolvimento nordestino, das relações econômicas cada vez mais desiguais entre a região Nordeste e o Centro-Sul, da importância da industrialização da região, dos grandes interesses políticos em torno dos latifúndios e das obras do DNOCS, entre outros assuntos.

**Palavras-chave:** Furtado. Política. Sudene. Nordeste. Subdesenvolvimento.

**Abstract:** *Celso Furtado's project for the transformation of the Northeast began in practice in 1959, a year that involved a great political effort so that, as coordinator of Opepo and Codeno, his interpretation of the Northeast and its development plan, which would result in the creation of Sudene, were accepted by the majority of Brazilian society. The newspaper Correio da Manhã explicitly supported the project through editorials and made several reports on the subjects brought to the public debate by Furtado. Its pages are capable of revealing Furtado's great political articulation and his influence in the country's discussion around the historical and structural characteristics that shaped the northeastern underdevelopment, the increasingly unequal economic relations between the Northeast and the South Central region, the importance of the industrialization, the great political interests surrounding the land property and the work of the DNOCS, among other subjects.*

**Keywords:** *Furtado. Politics. Sudene. Northeast. Underdevelopment.*

\* Submissão: 25/11/2020 | Aprovação: 10/01/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v24i1.782

\*\* Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB/UFVM). | E-mail: vfolmann@hotmail.com | ORCID: 0000-0003-0378-9695



Esta publicação está licenciada sob os termos de  
Creative Commons Atribuição-Não Comercial  
4.0 Internacional

## Introdução

O *Correio da Manhã* foi um dos mais influentes jornais do país na década de 1950. Em 1959, especificamente, o periódico sediado no Rio de Janeiro, revelou-se um grande apoiador do projeto de Celso Furtado para o Nordeste, de modo que a pauta jornalística desde o início da Operação Nordeste (Openo), passando pelo estabelecimento do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno),<sup>1</sup> até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene),<sup>2</sup> esteve sempre valorizada em suas edições. Geralmente, esses assuntos apareciam em editoriais, em reportagens no alto das páginas, em colunas e por algumas vezes na manchete, ocupando até mais da metade de sua capa.

Além de explícito apoio, as edições do *Correio da Manhã* detalham a peregrinação de Furtado para conseguir a adesão da maior parte do país ao seu projeto, em reuniões com empresários, governadores, associações de classe, pesquisadores, militares,<sup>3</sup> com membros da Igreja Católica, deputados e senadores. A movimentação de Furtado naquele ano mostra que ele estava convencido de que isso era necessário para que todos entendessem tanto o seu diagnóstico sobre o Nordeste quanto suas propostas de transformação.

Furtado defendia uma política pública nova, representativa de uma ruptura com boa parte do que havia sido feito até então na região, tendo como horizonte o enfrentamento de alguns interesses locais consolidados. Essa militância política de Furtado certamente ajudou para que a Sudene fosse aprovada no Congresso Nacional em dezembro de 1959, embora as tensões em torno dela nunca terminassem. Tanto que Furtado seria exilado em 1964, no primeiro Ato Institucional, e a Sudene seria transformada pela ditadura civil-militar em um arremedo<sup>4</sup> do que ele projetou.

---

<sup>1</sup> O Codeno foi criado no início do ano de 1959 por sugestão do então governador de Pernambuco, Cid Sampaio, que, em reunião de todos os governadores do Nordeste com Furtado, sugeriu que houvesse um conselho para dar andamento às ações do governo federal na região a fim de que não se perdesse tempo, porque já se sabia que o projeto de criação da Sudene levaria tempo tramitando no Congresso Nacional até ser aprovado (Governadores..., 1959; Aprovada..., 1959).

<sup>2</sup> A Sudene foi criada somente em 15 de dezembro de 1959.

<sup>3</sup> Furtado deu três palestras no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1959. Entre os ouvintes costumavam estar oficiais das Forças Armadas. Também se deve notar que em outubro de 1959 ele chegou a dar uma conferência no Estado-Maior do Exército. Ver: Furtado, 2019.

<sup>4</sup> Após o golpe civil-militar de 1964, a Sudene continuou existindo, mas com outras características. Conforme bem definiu Oliveira (2003, p. 43), “na ditadura a Questão Regional, enquanto tal, deixou de existir e foi rebaixada a planos administrativos, banhados em crocodílicas lágrimas de generais-presidentes nas épocas das secas”. Em 2001, a Sudene foi fechada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e reaberta poucos anos depois pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Este artigo pretende compreender a grande articulação política de Furtado em torno da questão nordestina em 1959 por meio da análise das páginas do *Correio da Manhã*. Além desta introdução e das considerações finais, foram organizadas as seguintes seções: 1) Uma nova tese de salvação do Nordeste; 2) A peregrinação para convencer empresários; 3) O jogo político dos governadores do Nordeste; 4) O polêmico apoio da Igreja Católica; e 5) A agressividade do Congresso Nacional.

## 1. Uma nova tese de salvação do Nordeste

As primeiras linhas do diagnóstico de Furtado sobre o Nordeste apareceram no *Correio da Manhã* por meio de declarações do presidente Juscelino Kubitschek (JK), que decidiu fazer um anúncio à imprensa em 3 de janeiro de 1959. Mal havia começado o ano e um anúncio de tamanho significado mostrava a pressa do então presidente em propor algo para o Nordeste. Era seu último ano na presidência e ele sofria pressões e críticas, sobretudo, de governadores nordestinos e dos trabalhadores rurais, organizados nas Ligas Camponesas, pelo seu abandono da região.

Essa primeira reportagem, manchete do jornal, estava baseada em um comunicado oficial à imprensa, feito pela secretaria da presidência, que relatava, de maneira genérica, que JK havia convocado um grupo de trabalho para reunião no Palácio do Catete, sede oficial do governo no Rio de Janeiro, para discutir o Nordeste. Nesse grupo estavam várias pessoas, incluindo Furtado. O comunicado dizia que o governo de JK se empenhava em realizar um programa de “ação capaz de solucionar os mais prementes dos problemas fundamentais do subdesenvolvimento do Nordeste” (Presidente..., 1959, p. 1).

O anúncio revelaria, em grandes traços, as duas principais ações do programa, todas pensadas por Furtado: a transformação da agricultura do semiárido (sertão) e as mudanças na faixa úmida (litorânea), a partir de um projeto de industrialização. No sertão nordestino, seria feita uma “reorganização da economia da zona semiárida, a fim de torná-la resistente ao impacto das secas” (Presidente..., 1959, p. 1). Evitava-se falar em Reforma Agrária.<sup>5</sup> Já na faixa úmida, a previsão era de uma industrialização, com a criação de

<sup>5</sup> Segundo Furtado (1989), julgou-se que não seria o momento correto para afirmar que estava em curso uma Reforma Agrária. Ele mesmo só proporia explicitamente a Reforma Agrária no Plano Trienal, no governo João Goulart.

indústrias de base, como a siderurgia, e outros setores capazes de utilizar matéria-prima local. Também era informado que a iniciativa privada seria estimulada a investir na região e que o programa envolveria irrigação e uma nova “colonização”.

Furtado daria sua primeira entrevista sobre o assunto ao *Correio da Manhã* dez dias depois do anúncio oficial da presidência. Ciente então da importância do autor, o jornal usaria o termo “Plano Celso Furtado”<sup>6</sup> como sinônimo para a “Operação Nordeste”. Nessa primeira entrevista, Furtado traria uma frase sintética e de grande impacto em relação ao diagnóstico sobre o Nordeste, deixando mais explícito o sentido do programa do governo federal: “a escassez é de comida e não de água” (Plano..., 1959, p. 1; 12).

Essa frase deixaria a olhos nus não só uma concepção nova sobre qual era o principal problema do Nordeste, como evidenciaria uma das mais importantes contraposições de Furtado à análise do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS): a de que o grande problema do Nordeste era falta d’água e que a forma de correção da seca era basicamente a construção de açudes, como já estava sendo feito há anos. Como Furtado explicaria nessa entrevista, a seca deveria ser entendida de forma diferente: tratava-se de um colapso na produção de alimentos; uma crise econômica; e, certamente, um problema social. Atacava o que entendia como um erro de diagnóstico anterior e, conseqüentemente, como incorretas também as políticas públicas feitas até então.<sup>7</sup> Citava como prova do que dizia que, em relação às águas para combater as secas, muitas obras já haviam sido realizadas, com grande quantidade represada em açudes. Entretanto, os problemas da seca e da miséria não haviam sido resolvidos, de modo que o Nordeste sequer tinha se tornado autossuficiente em alimentos (Plano..., 1959, p. 1; 12).

Era preciso, na concepção de Furtado, criar uma economia no semiárido adaptada à seca e enfrentar os interesses dos grandes proprietários de

---

<sup>6</sup> Dias depois, o jornal explicaria que deu esse espaço para Furtado dar sua primeira entrevista e o colocou na capa porque havia conversado antes exaustivamente com ele e observou haver ali um técnico e um apaixonado pelo Nordeste, “um homem à altura de concretizar seu plano”. Continuou o jornal a dar a justificativa: “Só então resolvemos levá-lo à primeira página do jornal para apresentar ao país o esquema e o homem encarregado de realizá-lo” (Sudeno, 1959, p. 6).

<sup>7</sup> Vale ressaltar que as origens históricas desse tipo de política de combate às secas são mais antigas até do que o próprio DNOCS. Houve a criação de uma Comissão de Açudes ainda no período do Império (1881). Depois desta veio a Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas (1906). Esta foi transformada em 1909 na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e só em 1946 passou a ser uma autarquia, o DNOCS (Ferreira, 2008).

terras ali instalados para resolver o problema da produção de alimentos. Ele entendia existirem três atividades mais importantes na zona semiárida: 1) lavouras de subsistência; 2) produção do algodão resistente à seca (algodão mocó); e 3) pecuária.

Segundo ele, a gravidade da seca é que ela ocorria “em sua plenitude sobre a lavoura de subsistência, deixando a população praticamente sem comida”. Ou seja, ela afetava com maior gravidade os mais pobres. E estes não recebiam ajuda porque “a política de açudes veio auxiliar a pecuária mas em muito pouco afetou a oferta de alimentos da região” (Plano..., 1959, p. 1; 12). Em outras palavras, a água gerada pelas políticas públicas federais até então auxiliava a pecuária, que era a principal atividade dos latifundiários, mantendo seu rebanho e seus lucros. Na outra ponta ficava a população em geral sem acesso à água e, conseqüentemente, sem poder produzir alimentos para a sua subsistência.

No diagnóstico de Furtado, era necessário compreender não só as diferenças entre o semiárido/sertão nordestino e a faixa úmida/litorânea, as diversidades entre a população rural e a urbana do Nordeste, mas também como esses dois Nordeste eram interdependentes. Nas zonas urbanas, ele observava haver, naquele período, alto índice de desemprego e precárias condições de vida para os trabalhadores, apesar de já ter ocorrido um início de industrialização em algumas capitais. E destacava que modificar a realidade do Nordeste urbano inevitavelmente passava por resolver os problemas do Nordeste rural:

Não seria possível solucionar o problema do litoral sem reorganizar a economia da zona semiárida. Para industrializar a faixa úmida é indispensável resolver o problema do abastecimento de alimentos nessa região, o que não seria possível dependendo ainda que só em parte da produção irregular da zona semiárida. Nos anos de boas águas o excedente de produção de alimentos do sertão é suficiente para desorganizar o mercado da faixa litorânea. Essa oferta irregular de alimento se traduz num nível de preços extremamente elevado, o que constitui o principal fator de desencorajamento das inversões nas indústrias. Basta lembrar que o nível de preços dos alimentos é presentemente 25 por cento mais alto no Recife do que em São Paulo. O salário mínimo do Recife representava, em 1951, 50 por cento do de São Paulo, e hoje representa 75 por cento. Tendo em vista o nível mais alto de produtividade em São Paulo, pode-se afirmar que em termos reais a mão de obra é mais cara no Recife do que lá. Portanto, sem solucionar o problema do

abastecimento de alimentos das zonas urbanas do Nordeste, não tem sentido pensar na industrialização. O problema das duas zonas na verdade é um só. (Plano..., 1959, p. 1; 12)

Dias depois, o trabalho de Furtado foi logo chamado pelo jornal de a “nova tese de salvação do Nordeste brasileiro” (Nova..., 1959, p. 2).

A sua tese envolvia ainda o entendimento das desigualdades regionais em nível nacional. Ou seja, o seu diagnóstico partia da compreensão de que o problema do Nordeste era uma questão federativa. Desse modo, a região necessitava libertar-se da posição de mero fornecedor de matérias-primas ao Centro-Sul do país, a preços baixos, e que recebia em troca, a preços bem mais elevados, produtos manufaturados. Conforme palavras mais duras usadas pelo *Correio da Manhã*, o plano tinha o sentido de “acabar com essa dependência quase cruel e humilhante em que vive [o Nordeste], com o chapéu na mão, estendendo aos brasileiros do sul, para receber magra esmola” (Nova..., 1959, p. 2).

Para Furtado, o Nordeste estava se transformando “numa colônia das regiões industrializadas do Brasil”.<sup>8</sup> O jornal, em consonância com Furtado, alertava para a necessidade de industrialização para que a região saísse “dessa situação humilde e humilhante” (A industrialização..., 1959, n. p.).

A desigualdade entre o Nordeste e o Centro-Sul do país tornava-se tema tão relevante, que uma manchete em 15 de fevereiro de 1959 dizia o seguinte: “Disparidade dos níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul é o mais grave problema a enfrentar” (Disparidade..., 1959, p. 1). Neste dia, Furtado acabou novamente pautando o *Correio da Manhã* com o anúncio à imprensa do famoso relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”.

Feito por ele em três meses,<sup>9</sup> o relatório destacava que a desigualdade entre as regiões do país (Nordeste e Centro-Sul) era maior do que quando

<sup>8</sup> Para um entendimento diferente sobre a relação entre Centro-Sul e Nordeste, defendendo que a expansão industrial de São Paulo não se deu, em grande medida, por meio da apropriação líquida de recursos do Nordeste, recomenda-se Cano ([1977] 2007).

<sup>9</sup> Foi em sua autobiografia que Furtado (1989) destacou que redigiu sozinho o plano para o Nordeste, ainda que não o assinasse. Para ele, esse documento significava o fim do amadorismo nas políticas para o Nordeste e que as proposições que viessem teriam que ter uma visão sistêmica a partir de então, baseadas em dados e em análises consistentes. Ele chamava isso de ótica macroeconômica, que se distinguia dos estudos setoriais até então feitos pelo GTDN. Ele considerava o GTDN um grupo “incolor”. Ao não assiná-lo, sem ter ainda noção do efeito que isso teria, Furtado entende que acabou dando vida mais longa ao documento, porque ele seria creditado ao GTDN. Desse modo, foi lido inclusive no período da ditadura civil-militar.

comparada à disparidade entre o Centro-Sul do Brasil e a Europa Ocidental. Apoiando-se em dados desse documento, a reportagem apresentava o ritmo de crescimento desigual de 1 para 2 entre as regiões Centro-Sul e Nordeste e projetava que essa tendência, se mantida, significaria na década de 1970 que a renda per capita do Nordeste seria de menos de 120 dólares e de 440 dólares no Centro-Sul. Esse tipo de consideração mostrava que se ampliavam as dificuldades da economia do Nordeste diante das políticas recentes do país voltadas à industrialização do Centro-Sul.

Furtado se tornaria presença constante nas páginas do *Correio da Manhã* nos dias subsequentes. Em 17 de fevereiro, praticamente um mês depois da primeira entrevista, explicaria novamente o problema social nordestino, dando outros elementos:

[...] a seca constitui apenas um ângulo do problema geral nordestino. Isto é, mesmo que a seca, por um milagre, desaparecesse, ainda assim permaneceriam as dificuldades de ordem econômica que tornam quase inevitáveis, atualmente, as extensas áreas semiáridas. Demais, 70 por cento da população do Nordeste se dedicam à agricultura e, nas condições de hoje em dia, não há praticamente o que comer em toda a extensão dos territórios dominados pela estiagem. Assim, o problema da alimentação para a sobrevivência assume papel vital no Nordeste. (Governadores..., 1959, p. 1;11)

O problema social, segundo Furtado, seria solucionado não só com o aumento da produção de alimentos localmente, mas também com uma redução do número de habitantes da zona semiárida, de modo que nessa reportagem melhor explicaria a ideia de uma nova colonização. Esta envolvia deslocamento de pessoas que viviam em áreas secas para o Sul do Maranhão e para o Norte de Goiás, onde encontrariam solos úmidos e férteis. Entre as explicações dele para esse deslocamento estavam que, conforme houvesse investimento em produção de alimentos, as lavouras do semiárido nordestino ampliariam inclusive sua produtividade com o uso de máquina, isso geraria desemprego, uma vez que haveria a substituição do homem pela máquina. Como forma de contornar essa consequência, entendia necessário abrir uma nova fronteira agrícola no Maranhão e em Goiás para abrigar uma parte dos habitantes do semiárido expulsos por essa transformação tecnológica.

A relação entre o agravamento dos problemas nordestinos com as políticas que eram adotadas para o Centro-Sul, de apoio àquela industrialização, seria enfatizada pelo *Correio da Manhã* em editorial que afirmava que a questão

centro-periferia<sup>10</sup> poderia ocorrer dentro de um mesmo país, vinculado a situação a um problema de raiz colonial. O jornal discutiria que era da relação centro-periferia internamente estabelecida que se poderia entender o problema das disparidades regionais do país.<sup>11</sup> “A economia colonial não prejudica apenas os países subdesenvolvidos em seu conjunto. Prejudica também trechos de países. Num mesmo país, pode haver uma zona industrializada, desenvolvida, e uma zona de economia colonial, subdesenvolvida” (Males..., 1959, n. p.).

Uma comparação internacional, publicada dias depois, também tentava dar mais elementos para o convencimento da opinião pública. Assim, uma relação das disparidades regionais do Brasil com o problema das desigualdades entre regiões da Itália apareceu no *Correio da Manhã* (Itália..., 1959). Embora arriscada e polêmica, essa confrontação dizia que o Nordeste era a como a parte mais pobre da Itália, apoiando-se, em parte, no que havia sido dito pelo próprio Furtado em uma reunião acompanhada pelos repórteres do jornal dias antes, sediada no Conselho Coordenador de Abastecimento. Naquela reunião, justamente Furtado destacara que se tratava de uma característica tipicamente brasileira o fluxo migratório do Nordeste para o Centro-Sul do país, com os nordestinos abandonando sua região de origem. Ele comparava tal situação com o caso italiano, estimando alguns desdobramentos similares:

As populações paupérrimas do sul da Itália, muitas vezes se veem em condições idênticas a dos nossos nordestinos, mas são impossibilitadas de migrar para os grandes centros como Milão. E isto porque há uma reação imediata dos centros progressistas. No Brasil, acontece o mesmo. Caso o abandono continue, e os flagelados prolonguem sua migração para os nossos centros mais desenvolvidos, esses terão reações idênticas a dos centros italianos, comprometendo, dessa forma, a unidade da federação, pois que haveria divergências de ordem regional. (Indústrias..., 1959, p. 1)

O jornal deu ainda espaço a outros argumentos controversos de Furtado, como a sua constatação de que, caso continuasse o desnível de renda entre Centro-Sul e Nordeste, a primeira região em alguns anos alcançaria o ritmo dos países da Europa Ocidental enquanto a região Nordeste se veria parecida ao Sudeste da África (SÓ a industrialização..., 1959).

<sup>10</sup> O texto clássico sobre a relação centro-periferia na dinâmica mundial foi escrito por Prebisch ([1949] 2000).

<sup>11</sup> Para uma visão crítica a essa abordagem das disparidades regionais e da própria concepção da Sudene, ver Oliveira (2008).

Contribuição importante para corroborar a análise de Furtado, unindo a questão histórica e estrutural do Nordeste com o problema das disparidades regionais agravadas pela política de industrialização do país, ocorreu poucos meses depois, com a publicação de uma série de reportagens feitas pelo jornalista Antonio Callado em visita aos rincões do Nordeste. De grande impacto, essas reportagens mostravam os laços coloniais, como a permanência da escravidão no semiárido nordestino, as dificuldades de acesso a terras pelos trabalhadores rurais e a luta das Ligas Camponesas sob liderança do advogado Francisco Julião.<sup>12</sup> Todas as reportagens tinham títulos impactantes, como: “No Nordeste o camponês mais triste do mundo”; “O caso tenebroso do açude de Pilões”; “Julião e sua marcha de 50.000 camponeses”; ou ainda, “Cambão: resíduo da escravidão do Nordeste”,<sup>13</sup> entre outros.

Callado trouxe a público a dura realidade do sertão nordestino. Em uma dessas reportagens, afirmou que se as Nações Unidas solicitassem uma investigação sobre o trabalho no Nordeste, incluiria o Brasil nas zonas onde ainda estava em vigor o trabalho escravo (Homens..., 1959). Em outra, relatava os interesses políticos contrários à transformação da região. Segundo ele, a zona da Paraíba, onde se localizava o açude de Pilões, era “provavelmente a terra mais sem lei do Brasil. Vai para trinta anos que manda lá, com métodos de gângster, um aventureiro que é hoje deputado federal – Jacó Frantz” (O caso..., 1959, p. 1). Nesta mesma reportagem, Callado ressaltava que havia 7 mil hectares de terras razoáveis, sendo que quase todas ocupadas por grileiros e ladrões, e por isso defendia aquela localidade como área-piloto para uma Reforma Agrária.

A ideia de enfrentar a discussão a partir de uma região como um todo e no seu entendimento como uma questão nacional<sup>14</sup> não quer dizer que não havia uma preocupação específica do plano de Furtado com o Polígono das Secas. Ali estava o mais agudo problema da seca, com oito meses geralmente de duração em um ano, sendo a maior em extensão e em intensidade que se conhecia no mundo.<sup>15</sup> Tanto que Furtado e o jornal viam como fundamental o debate sobre irrigação, além de ser notório que uma discussão

<sup>12</sup> Uma interpretação interessante sobre Julião pode ser encontrada em Page (1972).

<sup>13</sup> Ver: No Nordeste... (1959); O caso... (1959); Julião... (1959); Cambão... (1959).

<sup>14</sup> Esse tipo de assimilação ficou evidente no livro de Furtado intitulado *A operação Nordeste*, lançado em 1959.

<sup>15</sup> É importante mencionar que Guimarães Duque foi um estudioso do clima do Nordeste e que influenciou o pensamento de Furtado na concepção de que, apesar dessas condições climáticas, seria possível pensar em uma política pública para a região que convivesse com a seca (Furtado apud Vieira, 2004).

sobre a Reforma Agrária<sup>16</sup> também ocupava as páginas do *Correio da Manhã*, ainda que explicitamente o projeto de Furtado dela não tratasse.

Especificamente sobre as áreas secas, outras reportagens traziam relatos adicionais ao problema sob a ótica de Furtado. Na cobertura de uma palestra de Furtado na Confederação Nacional da Indústria, durante a Conferência de Armazenagem e Ensilagem, o jornal destacaria que, de acordo com ele, o Nordeste, em termos de abastecimento de alimentos, vivia na “Era Paleolítica”. Furtado carregou na tinta para criar uma consciência da necessidade de armazenamento local para alimentos durante o período das secas e reduzir a dependência do Nordeste de outras regiões do país (Planos..., 1959). Era também pelo fato de não haver silos suficientes para armazenagem de alimentos que durante a estiagem a população nordestina morria de fome, dependendo de ações emergenciais do governo federal.

## 2. A peregrinação para convencer empresários

Poucos dias depois da primeira entrevista de Furtado ao *Correio da Manhã* também já estava estampado em matéria de capa o apoio de alguns empresários a ele. Em nota enviada ao jornal, a Federação das Associações Comerciais do Brasil explicitava que não fazia mais sentido resolver o problema das secas com medidas ocasionais e que a modernização tecnológica já permitia que houvesse um plano que fomentasse e desenvolvesse setores pré-selecionados no Nordeste. Elogiava o plano de Furtado, que, segundo a avaliação da federação, permitiria ao Nordeste “viver e desenvolver-se apesar das suas dificuldades de clima” (Toma..., 1959, p. 1).

O presidente da Federação do Comércio do Rio Grande do Norte, Jessé Pinto Freire, também sairia logo em defesa de Furtado, destacando que ele “[acertava] em cheio” quando mencionava a necessidade de indústrias de base, em particular, a siderurgia, além do aproveitamento de matérias-primas

---

<sup>16</sup> A Reforma Agrária não foi uma bandeira explícita da Sudene, como já anteriormente pontuado. Usando ou não o termo Reforma Agrária, a política de Furtado para o Nordeste em grande medida foi, entretanto, entendida ao menos como o início de um processo de Reforma Agrária, porque tinha como pressuposto melhor distribuir as terras do sertão nordestino, concedendo áreas para quem nelas trabalhasse e cultivasse alimentos. Além das reportagens de Callado, o tema da Reforma Agrária aparecia na imprensa a partir de alguns integrantes do governo, como o ministro da agricultura, Mário Meneghetti. Este deu entrevista ao *Correio da Manhã* afirmando que via a necessidade de usar terras do governo, educação e adaptação do homem do campo a essas terras, assistência técnica e financeira (Alteração..., 1959). Houve também uma reportagem intitulada “Reforma Agrária a vôo de pássaro” (Reforma..., 1959, p. 1). E uma outra reportagem relatava o discurso do então senador gaúcho Mem de Sá a favor dessas experiências iniciais no Nordeste e defendendo que depois se alastrassem também para o Rio Grande do Sul (Senador..., 1959).

locais, adubos químicos, cimento, álcalis e pescado.<sup>17</sup> Segundo Freire, era também correto o caminho de “reorganizar” as indústrias tradicionais como a têxtil, já existentes na região, mas que viviam perigo de colapso.<sup>18</sup> Ao mesmo tempo, Freire considerava a necessidade de alguns reparos no projeto de Furtado, que, de acordo com ele, também deveria se preocupar com a produção agropastoril (Campanha..., 1959).

Ainda em janeiro de 1959, o *Correio da Manhã* defenderia a instalação de indústrias principalmente em Pernambuco. Esse Estado já possuía uma indústria pequena e, dado que esta surgiu mesmo sem apoio de recursos públicos, o Estado mostrava potencial para industrializar-se ainda mais. O jornal cobrava organização, técnicos e capital para que isso ocorresse. Ressaltava que o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, interessava-se em atrair indústria de celulose e papel, fabricação de borracha sintética, fertilizantes e até de tratores (A industrialização..., 1959).

A estratégia de Furtado para a industrialização do Nordeste, de fato, sustentava-se sob três pilares: 1) instalação de indústria de base, em especial a siderurgia; 2) aproveitamento industrial da matéria-prima local para vender produtos industrializados ao Centro-Sul e para exportação a outros países; e 3) reorganização das indústrias tradicionais, como a têxtil<sup>19</sup> e algodoeira.

O entusiasmo do jornal e de Furtado com a industrialização levava a títulos de impacto já em fevereiro, como: “Indústrias do Nordeste resolverão vários problemas da região” (Indústrias..., 1959b, p. 1). Essa reportagem trazia relatos da reunião de Furtado no Conselho Coordenador de Abastecimento e descrevia, sem muito bem explicar, que “diversos órgãos governamentais” já haviam manifestado que o Nordeste possuía vantagens para abrigar indústrias: “facilidade de mão de obra barata” [além de] “capacidade de adaptação observada nos operários da região” (Indústrias..., 1959, p. 1). Em crítica sutil às políticas públicas anteriores, o jornal reproduzia o que Furtado dissera naquela reunião:

O Nordeste está farto de relatórios, estudos e leis para o equacionamento de seus problemas e, interessa-se agora, mais do que nunca,

<sup>17</sup> No caso do pescado, além da costa marítima nordestina, havia potencial de peixes nos açudes criados pelo DNOCS. O jornal revela que, por serem ricos em plâncton, os açudes tinham grande potencial de piscicultura. Ver: A OPENO... (1959).

<sup>18</sup> Em reunião do Codeno, os conselheiros chegam a mencionar que havia um colapso progressivo deste setor na região porque recentemente seis empresas haviam encerrado suas operações (Ata..., 1959b).

<sup>19</sup> A indústria têxtil nordestina estava concentrada em Pernambuco, Paraíba e Alagoas, que respondiam por 75% da produção têxtil regional (Ata..., 1959b).

pela aplicação das medidas a que chegaram os técnicos após observação dos relatórios. O diagnóstico do Nordeste nós já conhecemos, totalmente, a sua radiografia já está feita e tudo que se fizer mais, com o intuito de estudar, será desnecessária perda de tempo. (Indústrias..., 1959b, p. 1)

Furtado também teria dito que todas as tentativas de melhorar o Nordeste culminaram em fracasso. Referindo-se especificamente às dificuldades ocasionadas pela política cambial chegou a afirmar que:

O marco inicial do drama do Nordeste é encontrado, principalmente, em uma política errada que vimos adotando há muito tempo. A mão de obra no Nordeste é a mais barata de todo o território, mas, apesar disso, os grandes investimentos nunca são feitos naqueles Estados, continuando o Sul como a menina dos olhos dos investidores. A razão disso se encontra na política cambial do Governo, que oferece maiores perspectivas de lucros no sul. (Indústrias..., 1959b, p. 1)

O jornal complementou que o sistema cambial adotado no país se constituía em uma política de “espoliação” do Nordeste, pela transferência de renda das exportações realizadas por aquela região para o Centro-Sul, à medida que se via obrigada a comprar produtos dentro do país vindos de locais como São Paulo (Nordeste..., 1959a). Essa obrigatoriedade levava o Nordeste a pagar mais caro do que se trouxesse os mesmos produtos do exterior (Disparidade..., 1959).<sup>20</sup>

O *Correio da Manhã* trouxe, dois meses depois, dados que corroboravam esse quadro de “espoliação”. O jornal informava que 40% das divisas produzidas pelas exportações do Nordeste eram transferidas para outras regiões do país. Chegou a publicar um quadro da equipe de Furtado relativo às exportações nordestinas, de 1948 a 1956, para evidenciar esse argumento (Vive..., 1959).

Apesar das dificuldades de atração, o jornal logo traria alguns nomes de indústrias que mostravam interesse em se instalar no Nordeste: T. Janer (química); Klabin (sisal); F. Morganti (celulose); e grupo Ursulo (pesca) (Efeitos..., 1959). Furtado destacaria que “inúmeras propostas de implantação de indús-

<sup>20</sup> Furtado (1989) posteriormente afirmou que, obrigado a comprar internamente do Centro-Sul, o Nordeste pagava o triplo do que pagaria no exterior. Além deste problema de transferência de renda, o dinheiro público que ia ao Nordeste acabava em obras que não resolviam o problema; basicamente, as realizadas pelo DNOCS. Estas, com bem analisou, mantinham as estruturas anacrônicas e antissociais.

trias no Nordeste chegavam às suas mãos”. E aos setores mencionados também adicionava uma indústria de abacaxi em conserva (Em meados..., 1959).

Bahia, Ceará e Pernambuco eram os três principais Estados nordestinos escolhidos para a instalação de siderurgias pelo plano. De acordo com Furtado, a siderurgia nordestina começava a ser traçada a partir de três grandes centros: Salvador, Recife e Fortaleza. Salvador e Recife, por então possuírem capacidade hidrelétrica, ficariam com pequenas usinas siderúrgicas para fabricar esponja de ferro. Já Fortaleza, que dependia de termelétrica, uma energia mais cara e escassa, receberia primeiro uma nova central termelétrica para poder ter posteriormente um melhor potencial para abrigar siderurgias (Novas..., 1959).

Ainda em março, Furtado dizia ter algumas propostas para a siderurgia e afirmava que estudava produzir no Nordeste também máquinas para a indústria têxtil, até pelas dificuldades de importação desses equipamentos. Comentava que empresários do Sul interessavam-se em se instalar no Nordeste também com indústrias de cimento, adubo, além do sisal. Ressaltava que a indústria mecânica seria facilitada depois da instalação da siderurgia e que pensava na indústria de montagem de veículos a partir de peças produzidas localmente, mesmo que os motores viessem do Sul do país. Além disso, relatava a pretensão de criar fábricas-piloto que constatassem as possibilidades de industrialização do babaçu, que forneceria coque para o setor siderúrgico (Presidente..., 1959).

A busca de interessados por investimentos no Nordeste levava Furtado a participar de vários seminários. Um deles, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, em Garanhuns (PE), no fim de abril de 1959, trazia interessados da França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Itália, Estados Unidos e Inglaterra.

Entre os temas de anseio dos empresários e sobre os quais questionavam Furtado e outros membros do governo estavam os subsídios à instalação dessas indústrias e a concessão de financiamento de longo prazo. Furtado dizia que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) se preparava para conceder crédito a pequenos e médios novos negócios no Nordeste, ao contrário do que costumeiramente seria sua atuação (Seminário..., 1959; Já existe..., 1959). Em sintonia com Furtado, também um representante do Banco do Brasil informava a abertura de novas linhas de crédito para investimentos na região (Novos..., 1959).

Poucos dias depois, referindo-se a Pernambuco e reforçando o entendi-

mento sobre o poder da industrialização para uma região, o jornal trazia que sem indústria não haveria “independência econômica, base essencial da independência política” (Em Pernambuco, 1959). O *Correio da Manhã* ressaltava, entretanto, que a agricultura forte era essencial ao lado da indústria e que Pernambuco estava em uma fase animadora, rumo a voltar a ser o que era nos tempos do auge da economia do açúcar.

Na defesa da siderúrgica no Ceará, em vez de falar sobre Fortaleza, como havia feito Furtado, o jornal destacava que havia “bom minério” em municípios como Sobral, Chaval e Santa Quitéria, sugestionando a instalação nessas localidades. Ali também poderia ser usada a madeira e o coque de babaçu como “combustíveis” para a siderurgia. O babaçu seria do próprio Estado do Ceará e também vindo do Piauí e do Maranhão. O jornal defendia, especialmente, a instalação em Sobral, ressaltando as redes rodoviária e ferroviária, sendo zona fértil também para produção agrícola. Além disso, enaltecia o fato de que esta cidade se tornaria a mais industrial do Ceará assim que terminasse a construção em andamento de uma fábrica de cimentos de Antonio Ermírio de Moraes (empresário que era dono do grupo Votorantim) (Siderurgia..., 1959).

Em junho, em palestra no Clube de Engenharia, Furtado tentaria novamente convencer empresários de que uma parte da solução do problema do Nordeste estava em uma industrialização. Justificava o projeto dizendo que o governo iria coordená-lo, e, novamente fazendo críticas às políticas públicas anteriores, mencionava que as atenções destinadas ao Nordeste no sentido do combate às secas até então eram inadequadas porque também não eram as secas os únicos fatores da pobreza na região. Além disso, afirmava que um outro problema estava no fato de os solos férteis existentes estarem ocupados com a cultura canavieira latifundiária, que levava a uma baixa renda per capita do trabalhador. Furtado diria a essa plateia que também era estudada a caatinga para que fosse proporcionada nesses solos uma grande produtividade capaz de alimentar os trabalhadores da região e que era necessária a instalação de grandes indústrias “a fim de que o nativo [pudesse] ganhar o suficiente para comprar a sua alimentação, sem o que o problema deixa de ser econômico para situar-se no campo da assistência social, como aliás, [vinha] sendo encarado até agora” (Só a industrialização..., 1959, p. 9).

Em julho, o jornal faria a defesa de instalação de indústrias siderúrgicas na região da Bahia de Todos os Santos, em Salvador. Novamente, relatava que o que fosse produzido seria consumido no próprio Estado pelas fábricas já

existentes e pelas demais que posteriormente se instalariam. Além da siderurgia, era ressaltado o potencial da indústria de celulose e papel, que utilizaria agave, e os planos para mais uma fábrica de cimento (Indústrias..., 1959).

Mantendo latente o interesse da opinião pública pela industrialização nordestina, o *Correio da Manhã* traria ainda, naquele mesmo mês, Furtado na capa do jornal para informar que “brevemente” seria iniciada a primeira siderúrgica do Nordeste. Sem dar outros detalhes, ele dizia apenas que os estudos já haviam avançado e que existiam projetos concretos (Codeno..., 1959).

Acompanhando os passos de Furtado em torno da industrialização, em novembro, o jornal ainda realizou a cobertura jornalística de uma reunião com o então governador de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, em que Furtado pedia a colaboração técnica de São Paulo com o Nordeste e investimentos dos industriais paulistas na região (Conjuração..., 1959).

### 3. O jogo político dos governadores do Nordeste

As tentativas de convencimento dos empresários do setor industrial ocorriam ao mesmo tempo em que Furtado buscava o apoio dos governadores nordestinos. A primeira reunião do governo federal com governadores nordestinos para apresentar o novo plano para o Nordeste foi em fevereiro de 1959. Na ocasião, os governadores, como destacado anteriormente, sugeriram a criação do Codeno e isso logo lhes foi garantido por Furtado e JK. Como já relatado, o Codeno serviria para iniciar, na prática, os trabalhos de transformação do Nordeste, garantindo a participação de todos os governadores enquanto a Sudene não fosse aprovada no Congresso Nacional.

Apesar de essa reunião ter sido marcada para que ouvissem o diagnóstico e os planos de Furtado, ela acabou se tornando também um encontro das primeiras reivindicações. O governador de Sergipe, Luiz Garcia, destacou já nessa ocasião a necessidade de que uma indústria de sal-gema (sal obtido de rochas, usado como matéria-prima do setor químico) se instalasse em seu território para explorar a jazida mineral, a ponto de colocar em xeque seu apoio à Sudene se esta não lhe fosse garantida (Governadores..., 1959).

O governador da Paraíba, Pedro Gondim, por sua vez, reclamou da condição de estiagem e da dependência da economia do seu Estado de 70% de algodão e de agave, todos produtos primários voltados à exportação, de

modo que colocava os problemas estaduais na conta do regime cambial do país. Reivindicava assim que houvesse a possibilidade de importação de maquinários sem similares nacionais, além de crédito do BNDE para o seu Estado (Governadores..., 1959).

Já o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, dizia que a situação do Nordeste havia piorado pelo corte de recursos públicos à região, assim como ficou estagnado o crédito para a agricultura, e pedia que os investimentos no Nordeste fossem a “câmbio de custo” (câmbio favorecido/preferencial, voltado a diminuir custos na importação de equipamentos), porque seria impossível a instalação de indústrias novas concorrer com os capitalistas do Sul se tivessem que recorrer a leilões de câmbio (Governadores..., 1959).

As demandas por recursos públicos e mais atenção da União em relação às obras de infraestrutura, como as voltadas à energia,<sup>21</sup> eram também pautas recorrentes dos governadores nordestinos. Em abril, Estados do Maranhão e Goiás, que, pelo plano de Furtado, receberiam pessoas da nova colonização, questionaram-no sobre o volume migratório que essa política geraria. Furtado lhes garantia que o deslocamento de pessoas do semiárido para o Sul do Maranhão e Norte de Goiás não levaria a uma superpopulação nessas áreas e nem ao despovoamento do semiárido nordestino. Isso porque o crescimento da mão de obra regional perfazia 300 mil pessoas anuais e o deslocamento envolveria cerca de 100 mil pessoas anuais. Essas pessoas que seriam colocadas nas novas áreas de colonização seriam o mesmo contingente que já costumava migrar, só que para áreas do Centro-sul, onde havia mercado de trabalho saturado (Já existe..., 1959).

Demandas diversas dos governadores nordestinos levaram à seguinte manchete de impacto em maio de 1959: “Nordeste insatisfeito quer dinheiro para acompanhar o progresso do Sul”. O *Correio da Manhã* trazia um desafo do governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz. Em tom enfático, ele fazia alusão às tensões políticas e aos movimentos sociais locais:

Se o governo federal não fizer alguma coisa pelo Nordeste, ninguém segura este povo, não. E a insatisfação e revolta não é só aqui no Rio Grande do Norte. É igual na região toda. Não há forças nem promessas que controlem gente com fome. E essa gente do Nordeste está morrendo à míngua. (Nordeste..., 1959, p. 1)

<sup>21</sup> Em janeiro, o jornal já havia mostrado outras demandas de governadores em torno da oferta de energia de Paulo Afonso (BA), a CHESF, citada como problema a ser resolvido para que houvesse a industrialização da região. A energia era farta, o que era bom para o Nordeste, mas havia distribuição defeituosa com o quilowatt-hora muito mais caro do que julgavam que deveria ser (A industrialização..., 1959, n. p.).

Mariz também ressaltaria que Natal tinha a energia mais cara do Brasil. Era fabricada por motores a diesel. Segundo ele, se houvesse energia de Paulo Afonso em Natal, “a coisa mudava de figura”, porque havia imensas reservas de tungstênio, que não eram ali beneficiadas por causa desse problema de energia. Por conta disso, o Estado não tinha possibilidade também de montagem de uma indústria de potássio e demais subprodutos de suas salinas – as maiores reservas do Brasil. Mencionava ainda que, por conta da energia cara, a indústria têxtil não se desenvolvia mesmo havendo grande produção de algodão mocó. A questão central, portanto, no seu caso, era a construção de uma linha de transmissão para levar a energia produzida em Paulo Afonso até Natal.

Segundo Mariz, havia uma “imensa mágoa do crescimento do sul”, sobretudo em relação a São Paulo. Nos dados expostos pelo jornal, a renda per capita de São Paulo aumentou 50 dólares enquanto a do Nordeste diminuiu 20 dólares (não há informações sobre a qual período esse dado se refere). Conforme declaração do governador do Rio Grande do Norte:

São Paulo ganhou, o Nordeste perdeu. O que [ele] perdeu foi para São Paulo. A região Centro-Sul tem 80% da energia instalada no país e as metas de energia do governo aumentarão ainda mais essa diferença. O Sul industrializa-se rapidamente, o Nordeste não recebe capitais [...]. O Brasil sendo dividido em dois mundos econômicos, um explorando o outro. O explorado é o Nordeste. (Nordeste..., 1959)

Exemplo da exploração do Nordeste pelo Sul, diria ainda Mariz, nessa mesma reportagem, era o caso do petróleo e do cacau da Bahia. A reclamação era que havia a exploração dessas riquezas, recolhimento de divisas e nada ficava com o Estado produtor. Ele defendia que a União destinasse 30% do seu orçamento para o Nordeste para resolver os problemas da região.

Esse tipo de pressão dos governadores em vários sentidos levaria, no meio do ano de 1959, a modificações no próprio projeto de lei de criação da Sudene que já havia sido enviado ao Congresso Nacional. O jornal relata, por exemplo, uma ocasião em que só para alterar um artigo do projeto de lei da Sudene os governadores nordestinos ficaram nove horas em reunião com Furtado na busca de um texto que conciliasse todos os interesses (Criação..., 1959).

Em setembro já era visualizada outra contraposição de alguns governadores a várias partes do projeto. Ficou notória, por exemplo, a contraposição

do governo do Ceará na disputa em torno do açude de Orós. Esse açude iria perenizar o rio Jaguaribe, o maior rio seco do mundo, cujas margens tinham 200 quilômetros e potencial de irrigação de 50 mil hectares até 1963. Conforme o jornal, “as pessoas influentes do Ceará” praticamente preferiram que o Orós não fosse completado. “Os interesses criados na carnaúba, do algodão mocó, das salinas é de tal ordem que o Estado da seca prefere o deserto a uma alteração dos seus hábitos de vida” (Contra..., 1959, p. 6).<sup>22</sup>

Além disso, o jornal informava que alguns bloqueios para essa transformação tinham como agentes deputados cearenses que também eram proprietários de terras em áreas de açudes. Isso estava em um dos textos de Callado, anteriormente mencionado, em que ele constatou que as elites industrializaram a seca, viviam dela e do que ela rendia e “não a despeito dela”. Para Callado, o DNOCS era uma espécie de “banco da seca”, que nutria a calamidade e os industriais da seca (No Nordeste..., 1959). Além disso, ele chegou a denunciar o DNOCS como “grande instrumento de corrupção no Nordeste” e por isso defendia que a Sudene, quando aprovada, assumisse o controle do DNOCS (Concluindo..., 1959, p. 7).<sup>23</sup>

#### 4. O polêmico apoio da Igreja Católica

Indo além do suporte de governadores e empresários, Furtado esteve envolvido na busca de apoio da Igreja Católica ao projeto. Isso apareceu no *Correio da Manhã*, inicialmente, em 1959, em algumas pequenas notas sobre o II Encontro dos Bispos do Nordeste, no mês de maio, em Natal, que tinha como tema central a “Humanização da Operação Nordeste”.

O *Correio da Manhã* relatou que, naquele encontro, Furtado fez uma palestra e concedeu uma entrevista sobre o evento. Ele disse que o debate com

---

<sup>22</sup> Havia, na verdade, um grande jogo político da parte dos governadores nordestinos. Além das pressões sobre o projeto da Sudene, é possível verificar que se tornaram porta-vozes para apelar ao Congresso Nacional pela aceleração na aprovação do projeto da Sudene, a partir de conversas com membros de suas bancadas, conforme relatado pelo jornal (Governadores..., 1959). Contudo, o que se viu foi que o projeto da Sudene, na prática, não recebeu total apoio do Nordeste no Congresso Nacional, tendo sua aprovação dependido dos representantes do Centro-Sul. A relação de Furtado com o Congresso Nacional será objeto de outra seção deste artigo.

<sup>23</sup> É possível dizer que a questão em torno da irrigação foi uma das mais sensíveis para despertar opositores ao longo do ano de 1959. Tanto que o Codeno fez um projeto de irrigação e JK o encaminhou ao Congresso, mas ele nunca foi aprovado. A proposta era destinar parte das terras úmidas do litoral, que estavam nas mãos de latifúndios do açúcar, para a produção de alimentos (Furtado, 2019). Nessa disputa, houve a aprovação pelo Congresso Nacional de um projeto concorrente de irrigação, que nada tinha a ver com a proposta do Codeno, e que JK vetou.

os bispos havia sido “franco” e que foi surpreendido<sup>24</sup> pelo alto nível das perguntas. E relatou que isso demonstrava que havia um bom conhecimento não só do local pelos bispos, mas da economia e da política brasileiras (Declarações..., 1959). Também declarava naquela ocasião que tinha “respeito” ao trabalho dos bispos.

Ainda em maio, outra notícia do jornal traria Furtado destacando que o Codeno não ignorava os bispos. Furtado mencionaria o I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido anos antes, em 1956, na Paraíba, e relataria que o Codeno, que ele presidia, dava atenção ao aproveitamento de minerais da região Nordeste justamente “conforme recomendação feita na primeira reunião dos bispos realizada em Campina Grande” (Desvio..., 1959, p. 5).

Algo similar e mais elogioso sairia de um discurso de JK poucos meses depois. De acordo com o *Correio da Manhã*, em cerimônia no Palácio das Laranjeiras, em julho de 1959, JK assinaria diversos decretos resultantes dos debates do II Encontro dos Bispos do Nordeste e teria dito que “o empreendimento dos bispos e arcebispos foi de tal amplitude que a própria Sudene e o Codeno passaram a constituir um complemento do admirável trabalho da igreja” (Projetos..., 1959, p. 1). Observa-se que essa declaração era bastante forte, uma vez que colocava o Codeno como algo complementar à Igreja, e não o contrário.

Destaca-se ainda que outro membro da Igreja, Dom Helder Câmara, vinha se colocando a favor de alguns projetos-piloto de Reforma Agrária no país e também se mostrava a favor do projeto da Sudene.<sup>25</sup> Um relato feito ao *Correio da Manhã*, entretanto, chamaria a atenção em novembro e colocaria em suspensão tal apoio, praticamente um mês antes da aprovação da Sudene no Congresso Nacional e quando Furtado já recebia vários ataques de que seria supostamente um comunista. Após voltar de viagem internacional em que se reuniu com o papa João XXIII, Helder Câmara explicava que a preocupação da Igreja, entre outros aspectos, era com o soerguimento dos países subdesenvolvidos, nos quais se concentrava um terço da população mundial. Segundo ele, isso estava sendo explorado “pelos comunistas” e era preciso a Igreja fazer algo juntamente com os governos desses países para combater essa situação (Regressou..., 1959). Declarações como essa, naquele

<sup>24</sup> Sobre este encontro, Furtado escreveu em seus diários e corroborando sua surpresa relatou: “Nunca imaginaria, quando comecei a tratar de desenvolvimento econômico, há pouco mais de um decênio, que essa matéria passaria a ser centro de preocupações até de sacerdotes” (Furtado, 2019, p. 153-154).

<sup>25</sup> Furtado (1989) observou em sua obra autobiográfica que Câmara o procurou, na verdade, depois de sua primeira entrevista ao *Correio da Manhã*, ainda em janeiro, e nesta ocasião teria recebido apoio a seu projeto.

momento, deixavam em dúvida se de fato havia um apoio da Igreja Católica ao projeto de Furtado.

Essa dúvida, curiosamente, apareceu nos diários de Furtado publicados em 2019, quando retomaria sua experiência com essas pessoas. Ele fez um relato especificamente sobre Dom Helder Câmara, no qual dizia:

Conheci hoje novos aspectos da personalidade de d. Helder Câmara. Não obstante houvesse combinado comigo, na frente de todos os bispos, que a primeira reunião do presidente seria com minha presença, evitou por todos os meios que Juscelino pudesse sequer ver-me. (Furtado, 2019, p. 155)

Além disso, escreveu um trecho importante sobre o II Encontro dos Bispos. Observou que passou aquele dia seguinte “sob desagradável influência da cerimônia, ou melhor, do show de ontem no teatro. Jamais pensei que a demagogia mais desenfreada seria liderada por um sacerdote” (Furtado, 2019, p. 155).

Furtado também chegou a afirmar que supunha que a luta maior que enfrentaria pela Sudene “seria contra os políticos, isto é, contra aqueles que fazem profissão de prometer. Como explicar que os sacerdotes ainda sejam mais irresponsáveis que os políticos? Que pretendem com isso? Levar o povo a novas desilusões e amarguras? Levá-lo à revolta?” (Furtado, 2019, p. 155). Em trecho mais adiante, em síntese, considerou, na verdade, ter conquistado a “neutralidade do clero” para seu projeto (Furtado, 2019, p. 180).

## 5. A agressividade do Congresso Nacional

Apesar das “costuras” feitas por Furtado ao longo do caminho até sua aprovação, o projeto de lei de criação da Sudene, que foi enviado ao Congresso Nacional por JK em março<sup>26</sup> e teve sua urgência aprovada em maio de 1959, sofreu várias alterações por meio de interferências dos parlamentares. A ideia de transformação do Nordeste, portanto, não teve vida fácil na sua tramitação pelas duas casas legislativas e isso também exigiu uma grande articulação de Furtado.

A briga pela área que estaria sob influência da Sudene levou deputados federais e senadores a modificar vários aspectos do projeto original, como, por exemplo, a entrada de algumas regiões que não estavam previstas, como foi o

<sup>26</sup> Ver: Enviada... (1959).

caso de parte de Minas Gerais<sup>27</sup> e depois do Espírito Santo.<sup>28</sup> A justificativa para isso era a paisagem geográfica similar, voltando-se aos argumentos climáticos que eram usados pelas políticas públicas anteriores.

Mas não foi só sobre a área de influência que houve adições. Para se ter uma ideia do volume de emendas que o projeto da Sudene recebeu, ainda em maio de 1959 já haviam sido propostas 93 só nas Comissões de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados.<sup>29</sup>

Em debates no Congresso Nacional ao longo de todo o ano de 1959, Furtado, entretanto, tentava convencer deputados e senadores a dar fluidez à proposta. Em julho de 1959, o jornal mostrou, por exemplo, Furtado na Câmara, informando aos deputados sobre o andamento de algumas ações do Codeno e apelando para que fossem aprovadas as verbas necessárias para que algumas ações já começassem a sair do papel antes do trâmite final da Sudene no Congresso Nacional. Na ocasião, ele informou sobre o fato de que o plano de eletrificação do Nordeste estaria em um mês pronto para ser enviado ao Congresso Nacional; assim como logo estariam finalizados os planos rodoviário e de irrigação. Também afirmou Furtado sobre um estudo de emendas ao orçamento do ano seguinte para compor de forma complementar o projeto de eletrificação (Critérios..., 1959).

Ainda em julho, dessa vez no Senado, Furtado realizou uma fala importante na Comissão Especial de Estudos da Seca para justificar as emendas que o Codeno julgava como necessárias ao projeto inicial da Sudene. As mudanças envolviam sugestões dos governadores nordestinos e respondiam a algumas preocupações orçamentárias, como o maior controle da Sudene

---

<sup>27</sup> De acordo com nota no *Correio da Manhã*, o deputado federal José Bonifácio propôs uma emenda para inclusão de Minas Gerais como área da Sudene com a seguinte justificativa: “se foi incluído o Maranhão, que é da região Norte, e a Bahia e Sergipe, que são da região Leste, não há razão para se excluir o território de Minas (recorte), que pertence ao Polígono das Secas, cujas condições de subdesenvolvimento e de clima são iguais às daqueles Estados” (Minas..., 1959, n. p.). Essa emenda depois foi aprovada e a área mais seca de Minas Gerais (parte do Norte e Nordeste mineiro) passou a fazer parte da Sudene. Os críticos a propostas como essa levam em conta que a Sudene seria um órgão do Nordeste e não de combate às secas. Vale ainda mencionar que o governador de Minas Gerais, Bias Fortes, participou da primeira reunião de governadores do Nordeste com Furtado em fevereiro de 1959 e que este era o Estado natal de JK (No polígono, 1959).

<sup>28</sup> Ver: Congresso... (1959b).

<sup>29</sup> Em junho, nota-se relato nos diários de Furtado que corroboram essa situação, chamando a Sudene de “bola quente”, até porque tinha que contentar o Congresso Nacional para ser aprovada. O próprio Furtado se questionava sobre as perspectivas do projeto: “Sinto que existe um imenso trabalho a realizar. Mas não sinto um verdadeiro apego a essa tarefa. Não que me falta amor a essa gente. Mas talvez porque sinta que a tarefa ainda não é realizável.” (Furtado, 2019, p. 156).

sobre a verba destinada à região e a definição de incentivos às empresas e das áreas de instalação dos empreendimentos (Justificadas..., 1959).<sup>30</sup>

Além do legislativo, o jornal também trouxe Furtado cobrando publicamente o poder Executivo. A reportagem tinha um título polêmico, por revelar intrigas dentro do próprio governo: “Ministério não solta verba liberada pelo presidente” (Ministério..., 1959, p. 12). Nela, Furtado dizia sobre as dificuldades de conseguir restos a pagar das verbas destinadas ao Nordeste. Afirmava que uma hora era a troca de ministro da Fazenda que impedia que o recurso chegasse ao Nordeste, outras vezes não conseguia encontrar o atual ministro da Fazenda.<sup>31</sup> Segundo ele, era difícil transformar uma ordem do presidente JK em dinheiro em caixa. Furtado mesmo relata que estava encarregado de pegar o dinheiro e, com clareza, entendia que vivia uma *via crucis*.

Nessa reportagem, seguramente uma das mais importantes pelas falas críticas que reproduzia, chegou a ser publicada uma recomendação de Furtado a JK: “é preciso que o presidente Juscelino chegue ao telefone e libere a verba: é pra valer, seu ministro” (Ministério..., 1959, p. 12). Furtado teria mandado alguns outros recados, como ao governador do Ceará. Segundo ele, o Nordeste não

quer, como pensam alguns políticos desavisados, se desenvolver através da OPENO. A OPENO é uma solução para os problemas brasileiros. E quanto mais pobre for a região, maior e mais solicitado é o emprego de capital público. A economia pobre não oferece a quem tem, lugar para gastar o dinheiro e nem possibilidade a quem não o tem de poupar. Daí o desencontro de fortunas em Estados como o Ceará, onde enquanto alguns lutam para sobreviver, outros não têm onde usar o dinheiro que ganham. (Ministério..., 1959, p. 12)

E novamente ele via necessidade de reafirmar que as políticas públicas feitas até então no Nordeste foram perda de dinheiro, não tendo sido bem aplicados os recursos. “Se um inventário fosse solicitado ao DNOCS nada se apuraria dos seus quase 50 anos de trabalho e luta contra a seca” (Ministério..., 1959, p. 12).

<sup>30</sup> Todas as emendas sugeridas pelo Codeno foram aprovadas no Senado. Mas houve muitas outras emendas aprovadas que modificaram o sentido original do projeto.

<sup>31</sup> O governo JK teve três ministros da Fazenda. Nessa declaração, Furtado refere-se à saída de Lucas Lopes e a entrada de Sebastião Pais de Almeida, que assumiu em agosto de 1959 e ficou até janeiro de 1961. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/ministerio>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

Na visão de Furtado, a Sudene seria uma instituição bem diferente, unificaria e reuniria os órgãos voltados ao desenvolvimento do Nordeste, dirigindo os trabalhos. Desse modo, modificaria “o que antes era feito isoladamente e de acordo com as conveniências de cada um”. Em defesa de suas ideias, Furtado reforçaria que: “a simples criação de um órgão que, em conjunto com outros, estude o terreno e outras coisas, já é um grande passo para a revolução da assistência estatal no Brasil” (Ministério..., 1959, p. 12).

De acordo com informações reproduzidas pelo jornal dias depois, havia, de fato, 104 diferentes órgãos atuando no Nordeste em obras contra a seca (Em Pernambuco..., 1959).

Sob pressão política mais evidente em novembro, houve uma reportagem do jornal informando que Furtado teria chorado durante uma conferência em que falava justamente das dificuldades enfrentadas.<sup>32</sup> Na ocasião, ele dava uma palestra no curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, para pesquisadores da Cepal, em Pernambuco. Furtado estava preocupado com as mutilações que a Sudene recebia no Congresso Nacional, e disse que não conduziria “bandeira falsa”, referindo-se às emendas. Afirmou que era “preferível que nada se fizesse a respeito para não aumentar a decepção do nordestino com o fracasso de um planejamento mutilado que alguns pretendem” (Operação..., 1959, n. p.).

Como anteriormente mencionado, muitos dos adversários de Furtado eram congressistas nordestinos.<sup>33</sup> Em novembro de 1959, um dos ataques a ele partiria de um senador do seu estado natal (Paraíba), Argemiro Figueiredo.<sup>34</sup> No Palácio Monroe, ele fez críticas ao fato de o DNOCS acabar sendo

<sup>32</sup> Um mês antes, em seus diários, ele já mostrava perceber a delicada situação em que havia se metido. Ele dizia que “a questão do Nordeste chegou a seu máximo de complicação política” (Furtado, 1959, p. 179).

<sup>33</sup> Isso não quer dizer que o projeto não possuía apoiadores nordestinos entre os parlamentares, principalmente quando do seu início. Logo que o projeto de Furtado virou notícia, houve discursos a seu favor. Em janeiro de 1959, já havia um título na capa bem sugestivo: “A valorização econômica do Nordeste empolga o Senado” (A valorização..., 1959). A reportagem trazia considerações de senadores como o cearense Parsifal Barroso, que falava da consolidação da estrutura econômica regional por meio da industrialização, e do alagoano Ruy Palmeira, que manifestava esperanças com uma “redenção” do Nordeste. Alguns apoiadores, entretanto, não se mostraram de total confiança. De acordo com Furtado (1989), Barroso mesmo, meses depois, quando se tornou governador do Ceará, chamou o projeto de inconstitucional, com uma Reforma Agrária disfarçada. É possível notar que a principal questão incômoda era a transformação de parte do Nordeste em área de produção de alimentos. Ainda em fevereiro, membros da bancada nordestina no Congresso, tão logo foram informados sobre o projeto do governo para o Nordeste, publicizaram à imprensa um estudo do Banco do Nordeste que observava que toda a área cultivável existente no Nordeste naquele momento produziria somente para alimentar 400 mil pessoas, sendo que havia 20 milhões de habitantes. Deste modo, a grande questão para eles não era um projeto que pretendesse um “Nordeste agrícola”, devendo ser a principal reivindicação a industrialização (Governadores..., 1959, p. 1).

<sup>34</sup> Além das críticas a Furtado, esse senador chegou a tentar excluir o DNOCS do comando da Sudene por

submetido à Sudene, e chamou Furtado de comunista. Figueiredo também o responsabilizava pelas reportagens de Callado.

A defesa de Furtado foi feita na Câmara de Deputados por Antonio Carlos Magalhães (ACM), que comentou sobre o discurso de Figueiredo. Deputado baiano ligado à política conservadora no país, chega a ser surpreendente que ele tenha discursado contra as ideias do senador paraibano:

[...] não posso concordar e, muito menos, até mesmo respeitar a atitude do senador pela Paraíba, Argemiro Figueiredo, que, em problema dessa natureza, sério e da maior gravidade, vai para a tribuna do Senado, a mais alta do Congresso Nacional, tachar o sr. Celso Furtado de comunista e, portanto, impedido de ocupar o cargo de secretário executivo do DNOCS. Isso merece o nosso protesto. Não tenho nenhuma ligação com o sr. Celso Furtado, mas acho um absurdo. Mesmo que ele fosse – e tenho notícia de que não é comunista – isso não o impediria de executar a grande obra de redenção do Nordeste [...]. É reacionária essa medida de se estar acusando um técnico, como o sr. Celso Furtado, de comunista. (Congresso..., 1959c, p. 6)

Além de Figueiredo, o jornal informou que recebeu na redação acusações do empresário Jorge Bhering de Matos de que Furtado seria “um dos muitos infiltrados comunistas no ISEB”. Prontamente, o *Correio da Manhã* informou em suas páginas que isso era um equívoco, até porque Furtado nunca pertenceu ao ISEB e era difamado no próprio ISEB. “Os doidinhos do ISEB foram, por exemplo, informar o marechal Henrique Teixeira Lott<sup>35</sup> que o Codeno era uma organização política nordestina voltada à eleição de um homem da região à presidência da república” (Sistema, 1959, p. 6).<sup>36</sup>

Para o jornal, chamava a atenção, entretanto, o fato de o governo federal não ter se pronunciado sobre as acusações que Furtado sofria, uma vez que tanto o Codeno quanto o ISEB faziam parte do governo. Em defesa de Furtado, o jornal relatava o seu perfil da seguinte forma:

---

meio de emenda (DNOCS..., 1959). Ele também chegou a discursar no Senado que via como problema a Sudene ser uma espécie de Superministério, com “ingerência ostensiva nas atribuições dos Ministérios da Aviação e da Agricultura” (Congresso..., 1959c, p. 6).

<sup>35</sup> Lott, sob influência dos conservadores do PSD, seria um dos candidatos à presidência da República no pleito seguinte. Além dele, concorreria Jânio Quadros (Furtado, 2019).

<sup>36</sup> Em uma reportagem, Callado também se referiu ao ISEB, mencionando que o trabalho do Codeno não tinha relação com eleger como presidente da República alguém do Nordeste e tampouco havia um movimento separatista desses Estados em relação ao restante do Brasil. Segundo ele, tratava-se de uma política de integração do Nordeste ao resto do país (No Nordeste..., 1959).

um moço idealista, trabalhador e que luta contra muitas forças, inclusive o ISEB, para realizar uma obra de redenção nacional no Polígono das Secas. Sua vida pública é clara e limpa. Não tem colhido vantagens, só tem prestado serviços. Chamá-lo de comunista é tão absurdo quanto chamar bolchevista o sr. Bhering. (Sistema, 1959, p. 6)

Ataques como aqueles visavam à destruição de Furtado e da Sudene. Furtado se defendia, pelas páginas do jornal, dizendo que jamais pertenceu, “ostensiva ou veladamente, a qualquer agrupamento político” (Têm confiança..., 1959, p. 6).

Em dezembro, apesar das acusações infundadas, Furtado ainda esteve em Comissões de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados participando de debates sobre a Sudene e enfrentando a proposta de Figueiredo de não subordinação do DNOCS à Sudene. A tentativa era a de manter o órgão de maneira independente à Superintendência, como já mencionado<sup>37</sup> (DNOCS..., 1959).

Apesar das tensões e das mutilações do projeto, houve aprovação da Sudene no Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1959. O debate passou, dias depois, a ser quem assumiria o seu comando.

O *Correio da Manhã* logo sairia em defesa do nome de Furtado. Afirmava, em uma pequena nota, que ele era o “homem exato no lugar exato” (O nome..., 1959, p. 6). No dia seguinte voltava a defendê-lo, dizendo que não havia outro nome. E frisaria que: “criar uma obra majestosa como a SUDENO<sup>38</sup> para tornar sua direção, depois, um prêmio político é como construir uma catedral e entregá-la depois a vendilhões” (A catedral, 1959, p. 6).

O jornal defendia Furtado para esse cargo, destacando que ele era um “homem sem política”. Por seu “conhecimento técnico”, era o nome ideal para assumir a Superintendência. “Há um homem e, no momento, só um que poderá, sem política e com cultura econômica e tecnológica superintender a redenção do Nordeste. Trata-se de Celso Furtado [...]” (O presidente...,

<sup>37</sup> Havia muitas suspeitas sobre as operações do DNOCS e a destinação de suas verbas. Manter o DNOCS independente da Sudene, entre outros aspectos, faria com que ele tivesse verbas não fiscalizadas pelo Codeno. Conforme relato do governador de Pernambuco, Cid Sampaio, os próprios governadores, ao criarem o Codeno, passaram a ter as verbas destinadas ao Nordeste e as ações executadas fiscalizadas pelo próprio Codeno. De modo que não se poderia deixar de encaixar um organismo federal nas regras de fiscalização do Conselho porque somente assim se poderia evitar os males que existiram no passado no uso de recursos públicos (Ata..., 1959a).

<sup>38</sup> O *Correio da Manhã* por algumas vezes utilizou o termo “SUDENO”. Durante o ano de 1959 se discutiu se o nome deveria ser Sudeno ou Sudene. O jornal relatou esse debate (Sudene..., 1959, p. 6).

1959, p. 6). Ao apagar das luzes do ano de 1959, já no dia 29 de dezembro, o jornal faria mais considerações deste tipo a Furtado: “é o homem evidente, o nordestino esclarecido, apolítico, já conhecido de todos pelo que planejou no Codeno, contra os industriais da seca” (O Catete..., 1959, p. 6).

Apesar da pressão política para que fizesse o contrário, JK não teve alternativas a não ser nomear Furtado para o comando da Sudene.<sup>39</sup>

## Considerações finais

Ao longo de 1959, Furtado desempenhou um importante papel político em torno de seu projeto de transformação do Nordeste, apesar de ter sido considerado equivocadamente um sujeito apolítico. Ele praticamente “alimentou” as páginas de um dos jornais mais relevantes à época, o *Correio da Manhã*, influenciando a pauta jornalística e os editoriais com suas ideias e entrevistas. Esse alinhamento entre Furtado e o *Correio da Manhã* contribuiu para formar e informar a opinião pública sobre os problemas do Nordeste e para que a Sudene fosse aprovada no Congresso Nacional e tivesse Furtado em seu comando.

O *Correio da Manhã* seguiu os passos de Furtado ao longo de 1959, revelando sua atuação incansável em torno desse projeto, cobrindo suas reuniões políticas, palestras em eventos dos mais diversos, bem como o andamento do projeto da Sudene no Congresso Nacional e informações de bastidores sobre o assunto.

Embora suas páginas tenham grande valor por descreverem a trajetória de Furtado naquele ano, por meio dessa cobertura jornalística o *Correio da Manhã* também acabou por revelar-se, ou seja, mostrou a importância de um país contar com uma imprensa séria e comprometida com o apoio explícito a pautas relevantes para um projeto de desenvolvimento nacional.<sup>40</sup>

A atuação de Furtado em 1959 certamente foi ao encontro do que ele acreditava: que um intelectual pode e deve ser um ator político na luta por uma causa. Além disso, mostrou que a política é uma dimensão determinante de qualquer projeto de desenvolvimento de uma nação, uma vez que este

<sup>39</sup> Esse episódio de como JK o nomeia é contado em maiores detalhes por Furtado (1989, 2019). Sobre as disputas dos governadores em torno do conselho deliberativo da Sudene, ver: Lima (2008).

<sup>40</sup> O *Correio da Manhã* existiu de 1901 a 1974. Recentemente, a marca foi adquirida pelo empresário Mauro Magnavita, que o reativou, mas o novo *Correio da Manhã* não tem o mesmo conceito editorial do antigo. Ver: Claudio... (2019) e Exposición... (2019).

inevitavelmente é um processo que só pode ser colocado em marcha por pressões políticas da população. Quando isso ocorre, é caracterizado por tensões e lutas porque enfrenta interesses historicamente postos em uma sociedade. O seu projeto para o Nordeste, entretanto, não foi concluído, tendo sido descaracterizada a Sudene a partir do golpe civil-militar de 1964, o que mostrou a vitória dos valores de uma minoria sobre os interesses da maioria da população brasileira.

## Referências

ATA da primeira sessão da quarta reunião extraordinária do conselho deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, 1 de outubro de 1959a. Disponível em: <<http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ATA da quinta reunião extraordinária do conselho deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, 2 de dezembro de 1959b. Disponível em: <<http://procondel.sudene.gov.br/Resultado.aspx?busca=&tipo=1>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CANO, W. (1977). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp-IE, 2007.

CLÁUDIO Magnavita relança o *Correio da Manhã* como um jornalão de final de semana. *Portal dos Jornalistas*, 2019. Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/claudio-magnavita-relanca-o-correio-da-manha-como-um-jornalao-de-final-de-semana/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

EXPOSICIÓN: *Correio da Manhã*. Una revolución de imágenes en los años 1960. *Centro de Estudios Brasileños*, 2019. Disponível em: <<https://cebusal.es/exposicion-correio-da-manha-una-revolucion-de-imagenes-en-los-anos-1960/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERREIRA, A. J. A. *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. São Paulo: USP, 2008 (Tese de Doutorado em Geografia Humana da USP).

FURTADO, C. M. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Textos Brasileiros de Economia, 1959.

FURTADO, C. M. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, C. M. *Diários intermitentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, M. C. Celso Furtado e o Conselho Deliberativo da Sudene – 1959–64. In: LIMA, M.C.; DAVID, M. D. (Orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Brasília:Verbena, p. 231–268, 2008.

OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 18, p. 43–63, 2003.

OLIVEIRA, F. *Noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAGE, J. A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 1. Rio de Janeiro: Record, p. 69–136, 2000.

VIEIRA, R. M. Entrevista com Celso Furtado. *História Oral*, n. 7, p. 21–40, 2004.

## **Jornais**

A CATEDRAL. *Correio da Manhã*, 17 de dezembro de 1959, p. 6.

A INDUSTRIALIZAÇÃO do Nordeste. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1959, n. p.

ALTERAÇÃO do sistema de crédito para viabilizar a Reforma Agrária. *Correio da Manhã*, 7 de julho de 1959, n. p.

A OPENO em ação. *Correio da Manhã*, 24 de abril de 1959, p. 2.

APROVADA pelos governadores a minuta do projeto de decreto que cria o

Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. *Correio da Manhã*, 19 de fevereiro de 1959, p. 1.

AVALORIZAÇÃO econômica do Nordeste empolga o Senado. *Correio da Manhã*, 16 de janeiro de 1959, p. 1.

CAMBÃO: Resíduo da escravidão no Nordeste prova de identidade: recibo das sociedades mortuárias. *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1959, p. 1.

CAMPANHA em prol.... *Correio da Manhã*, 17 de janeiro de 1959, p. 9.

CODENO espera iniciar a construção da 1ª usina siderúrgica do Nordeste, brevemente. *Correio da Manhã*, 9 de julho de 1959, p. 1.

CONCLUINDO... *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1959, p. 7.

CONGRESSO Nacional. *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1959a, p. 6.

CONGRESSO Nacional. *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1959b, p. 10.

CONGRESSO Nacional. *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1959c, p. 6.

CONJUGAÇÃO de esforços entre o Estado de S. Paulo e o Nordeste. *Correio da Manhã*, 20 de novembro de 1959, p. 4.

CONTRA a irrigação. *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1959, p. 6.

CRIAÇÃO da SUDENE mereceu críticas da CODENO. *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1959, p. 4.

CRITÉRIOS para exportação de algodão do Nordeste. *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1959, p. 1; 10.

DECLARAÇÕES do Sr. Celso Furtado. *Correio da Manhã*, 27 de maio de 1959, p. 10.

DESVIO do São Francisco para irrigar o solo em Pernambuco. *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1959, p. 5.

DISPARIDADE dos níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul é o mais grave problema a enfrentar. *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1959, p. 1.

DNOCS não pode sair da SUDENE. *Correio da Manhã*, 4 de dezembro de 1959, n. p.

EFEITOS de ordem prática da “Operação Nordeste”. *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1959, p. 14.

EM MEADOS da próxima semana a instalação da agência do BNDE. *Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1959, p. 1; 13.

EM PERNAMBUCO. *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1959, p. 2.

EM PERNAMBUCO... *Correio da Manhã*, 29 de setembro de 1959, p. 11.

ENVIADA ontem ao Congresso mensagem sobre o desenvolvimento do Nordeste. *Correio da Manhã*, 20 de março de 1959, p. 6.

GOVERNADORES vão reivindicar industrialização do Nordeste. *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1959, p. 1

GOVERNADORES se pronunciam sobre a Operação Nordeste. *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1959, p. 1; 11.

GOVERNADORES do Nordeste apelam para o aceleração do projeto da SUDENE. *Correio da Manhã*, 8 de julho de 1959, p. 1.

HOMENS livres no engenho da Galileia Francisco Julião e o Velho Zezé. *Correio da Manhã*, 17 de setembro de 1959, p. 1.

INDÚSTRIAS básicas na Bahia. *Correio da Manhã*, 5 de julho de 1959a, n. p.

INDÚSTRIAS no Nordeste resolverão vários problemas da região. *Correio da Manhã*, 5 de fevereiro de 1959b, p. 1.

ITÁLIA Meridional. *Correio da Manhã*, 26 de março de 1959, p. 2.

JÁ EXISTE possibilidade para a programação da economia do Nordeste. *Correio da Manhã*, 30 de abril de 1959, p. 10.

JULIÃO e sua marcha de 50.000 camponeses de qualquer côr a escravidão nordestina. *Correio da Manhã*, 20 de setembro de 1959, p. 1.

JUSTIFICADAS no Senado emendas ao projeto de Lei da SUDENO. *Correio da Manhã*, 14 de julho de 1959, p. 9.

MALES da economia colonial. *Correio da Manhã*, 8 de março de 1959, n. p.

MINAS na Operação Nordeste. *Correio da Manhã*, 15 de maio de 1959, n. p.

MINISTÉRIO não solta verba liberada pelo presidente. *Correio da Manhã*, 20 de setembro de 1959, p. 12.

NO NORDESTE o camponês mais triste do mundo nostalgia da sêca e da escravatura. *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1959, p. 1.

NO POLÍGONO. *Correio da Manhã*, 12 de fevereiro de 1959, p. 6.

NORDESTE e câmbio. *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1959, p. 6.

NORDESTE insatisfeito quer dinheiro para acompanhar o progresso do Sul. *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1959, p. 1.

NOVA tese de salvação do Nordeste brasileiro. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1959, p. 2.

NOVAS siderúrgicas. *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1959, n. p.

NOVOS rumos do Banco do Brasil para os investimentos no Nordeste. *Correio da Manhã*, 10 de maio de 1959, n. p.

O CASO tenebroso do açude de Pilões um gaúcho paraibano e seu sindicato de gangsters. *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1959, p. 1.

O CATETE toma fôlego. *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1959, p. 6.

O NOME do superintendente. *Correio da Manhã*, 16 de dezembro de 1959, p. 6.

O PRESIDENTE escolha. *Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1959, p. 6.

“OPERAÇÃO do Nordeste” palestra de Celso Furtado. *Correio da Manhã*, 4 de novembro de 1959, n. p.

PLANO de ação para o Nordeste. *Correio da Manhã*, 13 de janeiro de 1959, p. 1;12.

PLANOS definitivos para construção de armazéns e silos para o Nordeste. *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1959, p. 13.

PRESIDENTE lança programa para desenvolver e recuperar oito estados. *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1959, p. 1.

PRESIDENTE da República anunciará em discurso objetivos reais a serem alcançados pela Openo em todos os setores básicos da região. *Correio da Manhã*, 27 de março de 1959, p. 4; 12.

PROJETOS econômicos-sociais para o polígono das secas. *Correio da Manhã*, 8 de julho de 1959, p. 1.

REFORMA Agrária a vôo de pássaro. *Correio da Manhã*, 21 de abril de 1959, p. 1.

REGRESSOU Dom Helder Não convidou o Papa. *Correio da Manhã*, 21 de novembro de 1959, p. 2.

SEMINÁRIO dirá como se pode e deve investir no Nordeste. *Correio da Manhã*, 15 de abril de 1959, p. 2.

SENADOR Fernandes Távaro de acordo com o “Correio”. *Correio da Manhã*, 29 de setembro de 1959, p. 1;4.

SIDERURGIA cearense. *Correio da Manhã*, 26 de maio de 1959, p. 2.

SISTEMA. *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1959, p. 6.

SÓ A INDUSTRIALIZAÇÃO poderá salvar a população nordestina. *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1959, p. 9.

SUDENE ou SUDENO? *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1959, p. 6.

SUDENO. *Correio da Manhã*, 1º de março de 1959, p. 6.

TÊM CONFIANÇA na ação do economista Celso Furtado. *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1959, p. 6.

TOMA posição a federação das associações comerciais do Brasil. *Correio da Manhã*, 16 de janeiro de 1959, p. 1.

VIVE o Nordeste a esperança de dias melhores no futuro. *Correio da Manhã*, 26 de abril de 1959, p. 2.